

LEI Nº 8.429/92 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – EXERCÍCIOS



DIRETO DO CONCURSO

01. (Q4340589/PROVA: FCC/ARTESP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DO TRANSPORTE/2026) Dorival, prefeito de um determinado município paulista, é acusado de cometer ato de improbidade administrativa que causou elevado prejuízo ao erário municipal. Após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, vislumbrando a necessidade de afastamento de Dorival do exercício do cargo por entender ser necessária à instrução processual e, ainda, para evitar a iminente prática de novos ilícitos, o Ministério Público apresenta pedido fundamentado ao Magistrado competente. Nesse caso, de acordo com a Lei n. 8.429/0902, presentes os requisitos legais, a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do Prefeito do exercício do cargo sem prejuízo da remuneração, pelo prazo de até

- a) 90 dias, improrrogáveis.
- b) 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada
- c) 60 dias, improrrogáveis.
- d) 120 dias, improrrogáveis.
- e) 120 dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.



A expressão “sem prejuízo da remuneração” significa que o afastamento do cargo não implica perda remuneratória. Em concursos públicos e na literalidade da lei, essa expressão indica que a primeira medida não afasta ou contradiz a segunda: o agente é afastado, mas continua recebendo sua remuneração.

Quanto ao prazo, a resposta correta é: 90 dias, prorrogáveis por igual período mediante decisão motivada.

É comum haver confusão com o prazo previsto na Lei n. 8.112. Naquela legislação, no âmbito do processo administrativo disciplinar, o servidor pode ser afastado da função pública por 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, também sem prejuízo da remuneração.

Entretanto, na Lei de Improbidade Administrativa, que trata de processo judicial, o juiz poderá determinar o afastamento das funções igualmente sem prejuízo da remuneração pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 90 dias. Trata-se, portanto, de disciplina distinta daquela prevista na Lei n. 8.112.

02. (Q4300011/PROVA: FCC/CPU-PE/GESTOR GOVERNAMENTAL/ÁREA: ADMINISTRATIVA/2026) Em matéria de improbidade administrativa, de acordo com a Lei federal n. 8.429/92 e a posição do STF,

- a) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas cometidas com dolo ou culpa grave tipificadas na lei.
- b) a ação de improbidade prescreve em 5 anos, contados da ocorrência do fato ou da cessação da sua permanência.
- c) foi restabelecida a legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação de improbidade
- d) não se aplicam as disposições da lei aos que não sejam agentes públicos, ainda que eles induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade.
- e) nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora compreende, via de regra, a obrigação de reparação integral do dano, não se limitando ao patrimônio transferido.



- a) Não existe mais a modalidade culposa. Exige-se apenas dolo para configuração dos atos de improbidade administrativa.
- b) O prazo prescricional é de 8 anos, regra aplicável a partir de 2021.
- c) Conforme entendimento do STF, a legitimidade é concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e o ente lesado.
- d) A lei também alcança terceiros que induzam, concorram ou se beneficiem diretamente do ato de improbidade, desde que haja atuação dolosa.
- e) Em regra, a sucessora não responderá pelos atos praticados pela empresa anterior. Excepcionalmente, poderá haver responsabilização quando houver prova de que a transformação empresarial — por cisão ou incorporação — foi realizada com o objetivo de burlar a incidência dos efeitos da Lei de Improbidade.



5m

03. (Q4376587/PROVA: FCC/SEFAZ SP/AUDITOR FISCAL DA FAZENDA ESTADUAL/ÁREA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CONHECIMENTOS BÁSICOS/2026) Suponha que tenha sido instaurado inquérito civil para apuração de condutas ímprobas de agentes públicos no âmbito de uma contratação com dispensa de licitação, sob a suspeita de que os serviços teriam sido contratados por valores acima dos praticados pelo mercado, em razão de falhas nas estimativas das quantidades e pesquisa de preços. Paulo, na condição de responsável por tais atividades, preocupa-se com a possibilidade de figurar como sujeito passivo em eventual ação de improbidade, tendo os administradores da empresa contratada a mesma preocupação, embora todos sustentem que não cometeram qualquer ilegalidade.

De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei n. 14.230/2021).

- a) Paulo possui responsabilidade objetiva, caso comprovado o nexo de causalidade entre sua ação ou omissão e o prejuízo suportado pela Administração, enquanto a conduta do particular depende de comprovação de dolo específico.
- b) apenas Paulo poderá figurar como sujeito passivo em ação de improbidade, dada sua condição de agente público, caso comprovada ação ou omissão que denote descumprimento de seu dever de diligência.
- c) ambos poderão figurar como sujeitos passivos em ação de improbidade, na medida da culpabilidade de cada qual, desde que do ato resulte enriquecimento às custas de prejuízo imposto à Administração.
- d) Paulo somente poderá figurar como sujeito passivo em ação de improbidade após conclusão de processo administrativo disciplinar em que seja condenado por descumprimento de dever funcional, conexo à tipificação invocada na ação.
- e) ambos estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade, porém desde que configurado dolo, consistente na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado no referido diploma legal.



- a) Não há responsabilidade objetiva em matéria de improbidade administrativa. Exige-se a comprovação de dolo, tanto em relação ao agente público quanto ao particular envolvido. A responsabilização, inclusive dos sócios e administradores da empresa, depende da demonstração de atuação dolosa. Caso contrário, a responsabilidade recairá apenas sobre a pessoa jurídica, quando cabível.

Na improbidade administrativa, não se admite responsabilidade objetiva, a qual independe de dolo ou culpa. Ao contrário, exige-se dolo, consistente em vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, tratando-se de dolo específico.

Nesse contexto, destaca-se que o dolo específico corresponde à intenção direcionada à obtenção do resultado previsto na lei. Trata-se de atuação consciente e voluntária voltada à prática do ato ilícito.

Para fins ilustrativos, foi mencionado o seguinte exemplo: durante o período da Copa do Mundo, em razão do elevado custo dos álbuns de figurinhas, três irmãos compartilhavam a coleção. Um dos irmãos, ao receber da avó valores destinados à compra de figurinhas, recebeu também pacotes pertencentes aos outros dois irmãos, com a finalidade de divisão posterior. Contudo, esse irmão abriu todos os pacotes, inclusive aqueles pertencentes aos demais.



10m

Nesse caso, observou-se conduta praticada com vontade livre e consciente de alcançar o resultado, qual seja, a apropriação das figurinhas para completar seu próprio álbum, caracterizando o denominado dolo específico. Retornando ao caso da improbidade, não se admite responsabilidade objetiva, sendo indispensável a comprovação de dolo específico.

b) Não apenas Paulo pode figurar como sujeito passivo, tampouco se admite responsabilidade objetiva. Ainda que haja eventual omissão ou descumprimento do dever de diligência, exige-se a presença de dolo.

c) A responsabilização não depende de enriquecimento às custas do erário, podendo ocorrer nas demais hipóteses previstas em lei, independentemente desse resultado específico.

d) A instauração ou conclusão de processo administrativo disciplinar não constitui requisito para eventual responsabilização por improbidade administrativa, sendo as instâncias independentes entre si.

e) Ambos podem ser sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, desde que configurado o dolo consistente na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei, isto é, dolo específico.

04. (Q4304833/PROVA: FCC/CPU-PE/ANALISTA DE GESTÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL/ÁREA: ANALISTA JURÍDICO/2026) Um servidor ocupante de cargo público efetivo junto a uma autarquia estadual compartilhou documentos integrantes de um processo de licitação com representante de determinada empresa privada interessada na correspondente contratação. Dentre os documentos compartilhados estavam a pesquisa de preços e o orçamento elaborado pela Administração Pública, informações que não estavam acessíveis para consulta pelos demais interessados na contratação. As condutas do servidor público e do representante da empresa privada

a) suscitam responsabilidade civil e por improbidade, desde que possível quantificar o prejuízo causado ao erário.

b) são passíveis de enquadramento em ilícitos de natureza disciplinar, civil e criminal, cabendo à Administração Pública comprovar o dolo do servidor e do particular.

c) podem ser objeto de apuração disciplinar, para fins de comprovação de dolo específico de fraudar a licitação, estendendo-se ao privado as penalidades previstas no estatuto dos servidores civis.

d) podem ensejar aplicação de sanções previstas na lei de improbidade, demonstrado dolo específico do servidor, apto a tipificar a prática de ato de improbidade, e o dolo do particular para essa configuração, sem prejuízo da responsabilização com base na legislação civil e criminal.

e) podem ser enquadradas como improbidade administrativa independentemente da comprovação de prejuízo ao erário, desde que se demonstre enriquecimento ilícito.



- a) A configuração de ato de improbidade administrativa não depende, necessariamente, da comprovação de prejuízo ao erário, especialmente nos casos que envolvem violação a princípios administrativos, nos quais o dano não constitui requisito indispensável.
- b) A formulação é excessivamente ampla, especialmente porque a responsabilidade disciplinar não se aplica ao particular, que não se submete ao regime estatutário, embora possa responder nas esferas civil e criminal.
- c) A redação é confusa e indevidamente estende o regime disciplinar próprio de servidores públicos ao particular, o que não se aplica.
- d) As condutas podem caracterizar ato de improbidade administrativa, desde que demonstrado o dolo específico do servidor e do particular, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.
- e) O enquadramento não depende exclusivamente de enriquecimento ilícito, sendo possível a configuração de atos de improbidade em outras hipóteses previstas em lei, inclusive independentemente de prejuízo ao erário, a depender do tipo legal aplicável.

05. (Q4340599/PROVA: FCC/ARTESP/AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DO TRANSPORTE/2026) Nos termos preconizados pela Lei n. 8.429/92, sobre o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa, tutelando a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social,

- a) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, que se configura também nas hipóteses de negligência, imprudência ou imperícia.
- b) as disposições da referida Lei não são aplicáveis àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade, devendo sua conduta ser apurada nos termos da legislação comum.
- c) estão sujeitos às sanções da referida Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais nela previstos
- d) os diretores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, ainda que não tenham participado ou auferido benefícios diretos com a prática do ato.
- e) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente, não se limitando o dever de reparação ao valor da herança ou do patrimônio transferido.



15m



- a) A assertiva está incorreta. A responsabilização por improbidade administrativa exige a comprovação de dolo, não se admitindo a configuração do ato com base em culpa, seja por negligência, imprudência ou imperícia.
 - b) A Lei de Improbidade Administrativa também alcança terceiros que induzam ou concorram dolosamente para a prática do ato ímprobo, sendo-lhes aplicáveis as sanções previstas na própria lei.
 - c) A Lei de Improbidade abrange, em determinadas hipóteses, atos praticados contra o patrimônio de entidades privadas que recebam recursos, subvenções, benefícios ou incentivos do poder público.
 - d) A responsabilização exige participação ou benefício direto, não sendo possível imputação automática a diretores ou administradores sem vínculo com o ato.
 - e) A responsabilidade do sucessor ou herdeiro é limitada ao valor do patrimônio transferido, não havendo obrigação de reparação ilimitada.
-

06. (Q3645916/PROVA: QUADRIX/CRO AL/ANALISTA DE COMUNICAÇÃO/2025) João, enquanto servidor público federal, utilizava veículos da União para realizar deslocamentos e compromissos pessoais e estritamente particulares. João foi diversas vezes advertido por Maria, sua superior hierárquica, sobre a ilegalidade de sua conduta. Ainda assim, de forma livre e consciente, João seguia fazendo uso do veículo da União para fins pessoais, pois entendia ser direito de qualquer cidadão fazer uso livre de bens públicos. Com base nessa situação hipotética e a Lei n. 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

A conduta de João, devido à gravidade, dispensa a comprovação de dolo para fins de responsabilização por ato de improbidade administrativa.

- c) Certo
- e) Errado



A responsabilização por ato de improbidade administrativa exige a comprovação de dolo, não sendo suficiente a gravidade da conduta ou a mera utilização indevida de bem público.

07. (Q4056700/PROVA: QUADRIX/CRP 6/ESPECIALISTA EM GESTÃO/ÁREA: PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL/2025) A respeito da Lei n. 8.429/1992, que trata a respeito das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão – dolosa ou culposa – do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

- c) Certo
- e) Errado



A Lei de Improbidade Administrativa não admite responsabilização por culpa, exigindo dolo para configuração do ato ímprobo, razão pela qual não se aplica a responsabilização baseada em negligência, imprudência ou imperícia.

08. (Q4232472/PROVA: QUADRIX/CRB 5ª REGIÃO/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2025) Considerando os tipos de improbidade administrativa e as suas respectivas sanções, previstas na Lei n. 8.429/1992, julgue os itens seguintes.

Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública admitem sanção de multa cível de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente público.

- c) Certo
- e) Errado



Nos atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, a Lei de Improbidade prevê a aplicação de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração do agente público, conforme gradação legal.

09. (Q3813843/PROVA: FGV/MPE RJ/ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/ÁREA PROCESSUAL/2025) O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Caio, Secretário do Município Alfa, praticou, no âmbito da administração pública, ato de publicidade contrário às disposições constitucionais, de forma a promover inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos, de programas, de obras e de serviços da municipalidade, tudo com recursos do erário, ensejando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que a conduta foi perpetrada em fevereiro de 2025 e que Caio, agindo com dolo, teve o objetivo de obter proveito indevido para si. Em assim sendo, o Parquet ingressou com ação de improbidade administrativa em face de Caio, requerendo a decretação da indisponibilidade



20m

dos seus bens. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 8.429/1992, é correto afirmar que

- a) em caso de condenação, Caio estará sujeito, além do ressarcimento integral do erário, ao pagamento de multa civil de até doze vezes o valor da remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a cinco anos.
- b) em caso de condenação, Caio estará sujeito, além do ressarcimento integral do erário, à perda dos direitos políticos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público pelo prazo não superior a doze anos.
- c) a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil.
- d) Caio praticou ato doloso de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- e) Caio perpetrou ato doloso de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.



- a) Trata-se de hipótese de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei n. 8.429/1992). Nesses casos, a sanção de multa civil pode alcançar até 24 vezes o valor da remuneração do agente público, e a proibição de contratar com o Poder Público pode alcançar até 4 anos, não se aplicando os limites indicados na assertiva.
- b) Especificamente nos atos de improbidade do art. 11, não há previsão de sanção de suspensão de direitos políticos nesses termos.
- c) A indisponibilidade de bens destina-se a garantir o ressarcimento ao erário, não abrangendo, como regra, valores futuros relativos à multa civil.

Por fim, a alternativa correta é aquela que reconhece que Caio praticou ato doloso de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

10. (Q4082379/PROVA: FGV/ENAC/TITULAR DE SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS/PROVIMENTO POR REMOÇÃO/2025) O Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra prefeito municipal, acusando-o de ter autorizado, sem procedimento licitatório, a contratação emergencial de empresa para fornecimento de determinado serviço. No curso da instrução, apurou-se que não houve superfaturamento e enriquecimento ilícito. Entretanto, constatou-se que o agente público deixou de observar formalidades legais exigidas na dispensa de licitação. À luz do ordenamento jurídico atual e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o prefeito pode ser condenado por ato de improbidade administrativa culposo, já que descumpriu regras de legalidade estrita, ainda que sem intenção de lesar o erário;
- b) não há ato de improbidade administrativa, porque há necessidade de comprovação de dolo do agente para responsabilização, sendo afastada a modalidade culposa
- c) o prefeito responderá objetivamente por ato de improbidade, já que a Constituição adota a responsabilidade objetiva dos agentes públicos em caso de irregularidades administrativas;
- d) o prefeito só poderia ser responsabilizado se demonstrado que agiu com culpa grave, já que a lei passou a admitir improbidade culposa em situações de dano expressivo ao patrimônio público;
- e) a conduta configura ato de improbidade administrativa, pois a mera violação aos princípios da Administração Pública é suficiente para responsabilizar o agente público, independentemente de culpa ou dolo.



A imputação de improbidade administrativa por conduta culposa não é admitida, uma vez que a configuração do ato de improbidade exige a comprovação de dolo do agente público, sendo afastada a modalidade culposa.

Não há responsabilização objetiva em matéria de improbidade administrativa, tampouco se admite sua configuração por mera negligência, imprudência ou imperícia.

Também não se admite a tese de que a mera violação de princípios, por si só, independentemente de dolo ou culpa, seja suficiente para caracterização do ato de improbidade.

Diante disso, a alternativa correta é aquela que reconhece a inexistência de improbidade administrativa na ausência de comprovação de dolo.



25m

11. (Q3606330/PROVA: FGV/CAGE-RS/AUDITOR MANHÃ/2025) José, em razão de conduta culposa, revelou fato ou circunstância de que tinha ciência em razão de suas atribuições, fato esse que deveria permanecer em segredo, o que acabou propiciando beneficiamento por informação privilegiada. Considerando essa narrativa e as disposições da Lei n. 8.429/92, é correto afirmar que José

- a) poderá ser condenado à perda do cargo público que eventualmente ocupa.
- b) ficará sujeito à aplicação de multa de até 24 vezes o valor de sua remuneração.
- c) poderá ser impedido de receber benefícios creditícios pelo prazo de 12 anos.
- d) não poderá ser punido no âmbito da improbidade administrativa.
- e) estará sujeito à suspensão dos direitos políticos por até quatro anos.



Lembre-se de que a culpa não configura improbidade.

12. (Q3639274/PROVA: CESPE/CEBRASPE/TRF 6/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA ENGENHARIA ELETRÔNICA /2025) Julgue os itens a seguir, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990) e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

A absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria afasta a responsabilidade administrativa do servidor acusado.

- c) Certo
- e) Errado



Nos termos do art. 126 da Lei n. 8.112/1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada quando a decisão na esfera criminal negar a existência do fato ou a autoria. Nessa hipótese, a absolvição criminal produz efeitos na esfera administrativa, implicando o arquivamento do processo administrativo disciplinar (PAD) relacionado ao mesmo fato.

13. (Q4121357/PROVA: QUADRIX/CREFITO 13/AGENTE ADMINISTRATIVO/2025) Considerando os exemplos de atos que podem caracterizar improbidade administrativa e as consequências para os agentes públicos, julgue os itens seguintes.

Não ocorrerá imposição da pena de ressarcimento ao erário ao ato de frustrar a licitude de processo licitatório que não tenha causado perda patrimonial efetiva à Administração Pública.

- c) Certo
- e) Errado



Para a imposição de ressarcimento ao erário, é necessária a demonstração de efetivo dano patrimonial. Assim, na hipótese em que há frustração da licitude de licitação sem comprovação de prejuízo ao erário, não há que se falar em condenação ao ressarcimento. Nessa situação, o ato pode ser enquadrado, em regra, como ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios da Administração Pública, nos termos do art. 11 da Lei n. 8.429/1992.

Caso, entretanto, a frustração da licitação venha acompanhada de efetivo prejuízo ao erário, a conduta poderá se enquadrar no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, hipótese em que haverá também imposição de ressarcimento integral do dano causado.

14. (Q4057484/PROVA: QUADRIX/CREF 22/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2025) A responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade no funcionamento do Estado, assegurando a integridade do patrimônio público e social. Considerando a Lei n. 8.429/1992, julgue os itens seguintes.

Em caso de ato de improbidade que cause lesão ao erário, o ímprobo estará sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.

- c) Certo
- e) Errado



Nos termos da Lei n. 8.429/1992, a sanção de suspensão dos direitos políticos, nos casos de atos de improbidade que causem lesão ao erário, possui prazo de doze anos.

15. (Q3605682/PROVA: QUADRIX/CORE RJ/FISCAL/2025) Considerando a Lei n. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa –, especialmente no que se refere aos processos judicial e administrativo destinados à apuração de atos de improbidade, assinale a opção correta.

- a) A legitimidade para representar administrativamente, a fim de que seja instaurado procedimento destinado à apuração de ato de improbidade administrativa, é privativa dos agentes públicos integrantes dos órgãos de controle externo, bem como dos membros do Poder Legislativo.
- b) A indisponibilidade de bens do agente investigado poderá ser decretada no âmbito do processo administrativo, desde que a urgência da medida seja presumidamente necessária.
- c) A decisão parcial de mérito em ação de improbidade administrativa que condene o requerido com base em tipificação diversa daquela apresentada na petição inicial será considerada nula
- d) A ação de improbidade administrativa busca proteger o interesse público e, por extensão, o interesse da sociedade. Por essa razão, assegura-se ao réu o direito de ser interrogado sobre os fatos que lhe são imputados. Assim, caso o réu opte por recusar-se a responder ou caso ele permaneça em silêncio, isso implicará confissão.
- e) Após a citação dos réus, o juiz somente poderá julgar a demanda após a instrução do processo, mesmo que seja verificada a inexistência do ato de improbidade.



- a) Qualquer pessoa pode representar à autoridade competente para apuração de atos de improbidade administrativa.
- b) A indisponibilidade de bens é medida de natureza judicial, decretada por autoridade judiciária competente, no curso de ação própria, não sendo cabível sua decretação em processo administrativo.
- c) A condenação por tipificação diversa daquela constante na petição inicial, sem observância dos limites da demanda, viola o princípio da congruência, sendo considerada nula.
- d) Não há previsão de que o silêncio ou a recusa do réu em responder configure confissão em ação de improbidade administrativa.
- e) O magistrado pode julgar antecipadamente o mérito quando presentes os requisitos legais, inclusive quando constatar a inexistência de ato de improbidade, sendo desnecessária a instrução probatória em tais hipóteses.


30m

16. (Q3783310/PROVA: QUADRIX/CRM MG/ANALISTA/ÁREA: DEPARTAMENTO PESSOAL/2025) Quanto aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei n. 8.429/1992, assinale a opção correta.

- a) A omissão do agente público na condução de suas atribuições pode ser suficiente para caracterizar improbidade administrativa, independentemente da comprovação do elemento subjetivo doloso.
- b) A improbidade administrativa pode ser presumida com base em indícios.
- c) O sucessor de uma pessoa condenada por improbidade administrativa responde ilimitadamente pelos atos praticados, sem restrições ao valor da herança ou do patrimônio transferido.
- d) Ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário exige comprovação de perda patrimonial efetiva e demonstrada.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 dependem necessariamente da rejeição das contas pelo órgão de controle interno, ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.



- a) A configuração de ato de improbidade administrativa exige a comprovação de dolo, não sendo suficiente a mera omissão ou negligência.
- b) A improbidade não pode ser presumida com base em indícios, sendo necessária prova do elemento subjetivo.

- c) O sucessor de pessoa condenada por improbidade não responde de forma ilimitada, mas apenas até o limite do patrimônio transferido.
- d) Nos casos de lesão ao erário, exige-se a demonstração de efetiva perda patrimonial para configuração do dano indenizável.
- e) Por fim, a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa independe da rejeição ou aprovação das contas pelo Tribunal de Contas ou órgão de controle interno, em razão da independência entre as instâncias administrativa, de controle e judicial.
-

17. (PROVA: FGV/CAGE-RS/AUDITOR TARDE/2025) Em outubro de 2024, Maria, servidora pública, agindo com dolo, liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, ensejando, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial em detrimento do Estado do Rio Grande do Sul. Registre-se que não se trata de ato de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei n. 8.429/1992, avalie as afirmativas a seguir.

I – Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, Maria estará sujeita, em tese, às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo não superior a 14 anos.

II – Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, a pena de multa, aplicável à acusada Maria, pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica da ré, o valor calculado é ineficaz para a reprovação e a prevenção do ato de improbidade.

III – Em caso de condenação pela prática de ato doloso de improbidade administrativa, as sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.



I – No caso narrado, trata-se de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário (art. 10 da Lei n. 8.429/1992). Nessa hipótese, o prazo de suspensão dos direitos políticos não é de 14 anos, mas de até 12 anos, conforme a disciplina legal aplicável.

II – A Lei de Improbidade Administrativa admite a majoração da multa civil, inclusive até o triplo, quando o juiz entender que o valor fixado é insuficiente para atender à finalidade sancionatória, especialmente diante da situação econômica do agente.

III – As sanções impostas em ação de improbidade administrativa, como regra, somente são executadas após o trânsito em julgado da decisão condenatória, assegurando-se a definitividade da decisão judicial.

18. (Q3115985/PROVA: QUADRIX/CRT 1/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2024) A respeito da Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens de 41 a 50.

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

c) Certo

e) Errado



De fato, o sistema de responsabilização por improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, com o objetivo de assegurar a integridade do patrimônio público e social.

19. (Q3143231/PROVA: CESPE/CEBRASPE/INPI/ANALISTA DE PLANEJAMENTO/ÁREA: GESTÃO E SUPORTE/CONTABILIDADE LÍNGUA INGLESA/2024) Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens seguintes.

São elementos essenciais para a configuração do ato de improbidade administrativa: sujeito ativo, sujeito passivo, dolo, além de ato tipificado como ilícito do qual decorram dano ao erário, enriquecimento ilícito ou conduta que atente contra os princípios da administração.

c) Certo

e) Errado



De fato, são elementos essenciais para a configuração da improbidade administrativa: sujeito ativo, sujeito passivo, dolo e a prática de ato tipificado como ilícito, do qual possam decorrer enriquecimento ilícito, dano ao erário ou violação aos princípios da Administração Pública.

20. (Q3175733/PROVA: CESPE/CEBRASPE/PC PE/AGENTE DE POLÍCIA/2024) À luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

I – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

II – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.

III – A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade. Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos



I – A assertiva está em conformidade com o art. 37, §4º, da Constituição Federal.

II – Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros na forma da lei.

III – A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade.

21. (Q3113806/PROVA: QUADRIX/CRO RR/TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2024) Considerando a Lei n. 8.429/1992, julgue os itens de 41 a 45.

A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992 prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

- c) Certo
- e) Errado



A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

22. (Q3120337/PROVA: FGV/CÂMARA DE SÃO PAULO/TÉCNICO LEGISLATIVO/ÁREA: CONTABILIDADE/2024) De acordo com a Lei n. 8.429/1992, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se

- a) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação
- b) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- c) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- d) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- e) o ato de improbidade relaciona-se a sua função e não foi prevenido por sua negligência, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.



Nos termos da Lei n. 8.429/1992, a responsabilização de sócios, cotistas, diretores e colaboradores da pessoa jurídica não é automática, sendo necessária a comprovação de participação no ato ilícito e de benefício direto. Nessa hipótese, a responsabilidade é limitada à extensão da participação no ato de improbidade.

São incorretas as demais formulações que atribuem responsabilidade integral ou automática aos referidos sujeitos, inclusive quando se sustenta responsabilização decorrente de atos praticados por subordinados, ou por mera negligência na prevenção do ilícito, uma vez que não se admite responsabilidade objetiva nem ampliação automática da responsabilização para além dos limites legais.

23. (Q3158308/PROVA: FGV/MPE GO/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/2024) A Lei n. 14.230/2021 promoveu uma série de mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (LIA), alterando substancialmente o combate à corrupção pública e o próprio regime jurídico de tutela do patrimônio público. Chamado a decidir sobre a constitucionalidade de diversos

dispositivos oriundos da Reforma de 2021 da Lei de Improbidade Administrativa, o Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral, fixou tese no sentido de que

a) o novo regime prescricional, previsto na Lei n. 14.230/2021, é retroativo, haja vista que é mais benéfico, aplicando-se os novos marcos temporais inclusive aos fatos ocorridos antes publicação da lei.

b) é necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se, para configuração dos atos de improbidade tipificados nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, a presença do elemento subjetivo do dolo ou culpa grave.

c) é constitucional a norma que estabelece que somente o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de improbidade e celebrar acordo de não persecução cível, tal como ocorre com o exercício privativo da ação penal pública pelo Parquet, diante da indisponibilidade dos bens jurídicos tutelados.

d) é vedada, em qualquer caso, a defesa judicial do agente público que cometeu ato de improbidade por parte da Advocacia Pública, pois a sua predestinação constitucional, enquanto função essencial à Justiça, identifica-se com a representação judicial e extrajudicial dos entes públicos.

e) a norma benéfica da Lei n. 14.230/2021, referente à revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, é irretroativa, em virtude do Art. 5º, inciso XXXVI, da CRFB/88, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes



a) O novo regime prescricional possui aplicação irretroativa, incidindo apenas sobre fatos ocorridos após a entrada em vigor da alteração legislativa, em junho de 2021.

b) Após a reforma, a configuração do ato de improbidade exige dolo, não sendo admitida a modalidade culposa nem a exigência de culpa grave para sua caracterização.

c) Tanto o Ministério Público quanto a pessoa jurídica interessada possuem legitimidade para a propositura da ação de improbidade e para a celebração de acordo de não persecução cível, conforme entendimento do STF.

d) A possibilidade de atuação da advocacia pública na defesa do agente público pode existir nos termos da legislação e regulamentação interna de cada ente federativo, não sendo vedada de forma absoluta.

e) A revogação da modalidade culposa não retroage para alcançar situações já definitivamente julgadas, permanecendo hígidas as condenações transitadas em julgado, ao passo que processos ainda em curso podem ser atingidos pela nova disciplina legal.

GABARITO

01. b**02. c****03. e****04. d****05. c****06. E****07. E****08. C****09. d****10. b****11. d****12. C****13. C****14. E****15. c****16. d****17. c****18. C****19. C****20. e****21. E****22. a****23. e**

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Gustavo Scatolino.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
